

CÂMARA MUNICIPAL DE FERRAZ DE VASCONCELOS
Estado de São Paulo

CONCURSOS PÚBLICO – EDITAL Nº 001/2018

PROVA: CONTROLADOR INTERNO

LÍNGUA PORTUGUESA - QUESTÕES 1 A 20

1- Assinale a alternativa cuja crase encontra-se corretamente empregada:

- a) Avisei à moça o resultado do concurso.
- b) A um jogo cadenciado, prefiro às jogadas mais rápidas.
- c) Avisei à elas sobre a prova a realizar-se.
- d) Estudaremos às questões propostas, posteriormente.
- e) Prefiro pratos à moda da casa.

2- A pontuação encontra-se correta apenas em:

- a) Terminada a aula, os alunos retiraram-se.
- b) Ao ouvir, o hino todos se perfilaram.
- c) Veja por exemplo, a reação da turma.
- d) Ele porém, reagiu negativamente.
- e) O sol, que é uma estrela aquece a Terra.

3- No período “ Agarraram-no, para que fosse conduzido à casa.”, o pronome átono encontra-se, em relação ao verbo:

- a) enclítico
- b) proclítico
- c) mesoclítico
- d) as alternativas “a” e “b” estão corretas
- e) somente a alternativa “a” está incorreta

4- Observe:

“ O deputado estadual mais votado visitou a cidadezinha para agradecer os votos da população.”

A palavra “ estadual” constitui:

- a) substantivo
- b) advérbio
- c) preposição
- d) adjetivo
- e) conjunção

5- Em “ Tenho dois terços do terreno e meu irmão apenas um terço.”, os numerais são:

- a) ordinais

- b) cardinais
- c) fracionários
- d) multiplicativos
- e) N.D.A.

6- Temos em “ E se alguém fosse avisar a sua mulher do ocorrido?”, a ocorrência de um/ uma:

- a) locução pronominal indefinida;
- b) pronome interrogativo;
- c) pronome indefinido substantivo;
- d) pronome definido substantivo;
- e) pronome pessoal oblíquo átono.

7- Atente à acentuação das palavras:

magô-

advém- (3ª p. sing. pres. ind.)

retêm- (3ª p. pl. pres. ind.)

Pode-se afirmar que:

- a) todas as palavras estão corretamente acentuadas;
- b) todas as palavras estão incorretamente acentuadas;
- c) apenas a 1ª palavra sofreu alteração quanto à acentuação;
- d) apenas as duas últimas palavras perderam o acento;
- e) apenas a 1ª palavra permanece acentuada, de acordo com as regras ortográficas em vigência, atualmente.

8- Quanto às palavras, "**pão-de-ló; super-homem; ex-diretor**", pode-se afirmar que:

- a) apenas a 1ª está corretamente grafada;
- b) apenas a 3ª está corretamente grafada;
- c) a 2ª palavra está incorretamente grafada;
- d) todas estão incorretamente grafadas;
- e) todas estão corretamente grafadas.

9- Em “ O contrarregra resolveu faltar ao ensaio justo naquele dia.” , pode-se afirmar que;

- a) a palavra composta encontra-se incorretamente grafada;
- b) a frase está sem sentido;
- c) a pontuação encontra-se inadequada.
- d) a frase encontra-se inadequada quanto à acentuação das palavras;
- e) o período encontra-se absolutamente correto.

10- No extrato do texto de Luiz Carlos Bresser Pereira, complete as lacunas com as palavras abaixo, observando coesão e coerência, e assinale a alternativa correspondente:

depositadas - papel - que - Estado - crescimento - perspectiva - como
“(…) A reforma do _____ é vista frequentemente _____ um
processo de redução do tamanho do Estado, _____ envolve a
delimitação de sua abrangência institucional e a redefinição de seu
_____. Diante do seu _____ excessivo no século XX, das
esperanças demasiadamente grandes que foram nele _____ pelos
socialistas e das distorções de que o Estado afinal foi vítima, essa
_____ é absolutamente correta. (…)”

As palavras que completam o texto são:

- a) perspectiva - que - como - Estados - depositadas - crescimento - papel
- b) crescimento - que - como - Estado - depositadas - perspectiva - papel
- c) Estado - como - que - papel - crescimento - depositadas - perspectiva
- d) papel - que - como - crescimento - depositadas - perspectiva - Estado
- e) papel - que - perspectiva - Estado - crescimento - com - depositadas

11- Observe a frase:

“Tenho de desatar sozinho este nó.”

A palavra “desatar” tem mesmo significado de:

- a) desconstruir
- b) destarte
- c) despertar
- d) desespero
- e) destra

12- Na frase “Ele era um completo palhaço.”, a última palavra contém, respectivamente, quantos fonemas e letras:

- a) 5 e 6
- b) 6 e 5
- c) 6 e 7
- d) 7 e 7
- e) 7 e 6

13- Observe o período: “A diplomacia brasileira poderia perfeitamente dispensar o “presente de grego” que acaba de ser entregue ao país, com a aceitação do visto dos refugiados.”

A expressão “presente de grego” pode ser entendida como:

- a) presente valioso
- b) presente indesejável
- c) presente clássico grego
- d) obra-prima
- e) presente pouco valioso

14- Pertencem ao mesmo campo léxico as palavras:

- a) caridade- humanidade- castidade

- b) antiga- moderna- arcaica
- c) via- correio- avenida
- d) gelado- rio- rua
- e) velho- recente- vento

15- Há correspondências de sentido entre os prefixos gregos e latinos nas palavras da alternativa:

- a) politeísta- povoado
- b) hipótese- diagnose
- c) antítese- objeção
- d) hemisfério- semicírculo
- e) hipocondria- subsolo

16- A palavra grega que corresponde à palavra latina “florilégio” é:

- a) zéfiro
- b) anfibologia
- c) alfabeto
- d) antologia
- e) filomela

17- Encontra-se escrita no tempo composto a frase expressa em:

- a) Na história da humanidade muitos se elevaram a grandes gênios.
- b) Desconhece-se quanto rendeu o leilão de gado cuja renda reverteu para o hospital.
- c) Ela ganharia mais dinheiro se fizesse os doces em casa.
- d) Em mais de um século a ciência pouco tinha avançado.
- e) Aqueles que se julgarem prejudicados que se manifestem.

18- Encontra-se na voz reflexiva o verbo de apenas um dos períodos abaixo. Assinale-o:

- a) Em suma, és um enigma cuja chave se perdeu.
- b) Ele dá-se a esses surtos com pouco êxito.
- c) Foi vendida uma casa mobiliada.
- d) O vento agitava as folhas das palmeiras.
- e) Ele é um completo idiota.

19- Os trechos desordenados abaixo constituem um texto. Numere-os nos parênteses e assinale a alternativa correspondente: (*José Castelo, texto adaptado*)

() Principalmente porque, com recursos parcos e uma formação basicamente literária, ele anteviu o mundo em que vivemos, no qual as palavras se evaporam e se dispersam em redes virtuais, as ideias circulam em direções caóticas e a noção de sentido, quer dizer, de uma direção e de um futuro, se perde num presente em abismo.

() E ao qual, enfim, depois de um século de honestidade e de enclausuramento, o homem se veria dissolvido em uma grande colcha democrática, capaz de abrigar a todos, sem lugares fixos e sem destinos rígidos, um mundo, por fim, em que poderíamos compartilhar uma mesma experiência.

() Profeta da morte da imprensa e do fim de um mundo linear e geométrico, ele antecipou, já nos anos 50 e 60, a chegada de um novo mundo unificado, na forma de uma grande teia, e gerido por uma espécie de alma supra- pessoal.

() Nascido em 1911, em Edmonton, Canadá, Herbert Marshall McLuhan foi, afora erros e acertos de suas hipóteses, um pensador genial.

() Previa McLuhan que, nesse novo mundo unificado da mídia que estava a se afirmar, os homens se veriam imersos em uma grande malha global, um mundo devassado, sobreposto e instantâneo, no qual as ideias se dissolveriam e as diferenças se anulariam.

- a) (V) - (III) - (I) - (II) - (IV)
- b) (V) - (II) - (III) - (I) - (IV)
- c) (II) - (III) - (IV) - (I) - (V)
- d) (III) - (II) - (IV) - (V) - (I)
- e) (II) - (V) - (III) - (I) - (IV)

20- Observe a frase:

“ Ele usa sapato e gravata branca.”

A única concordância que não se pode aceitar nesta frase é:

- a) Ele usa sapato e gravata brancos.
- b) Ele usa sapato branco e gravata idem.
- c) Ele usa brancos o sapato e a gravata.
- d) Ele usa sapato e gravata brancas.
- e) Todas as alternativas apresentam erro de concordância.

MATEMÁTICA - QUESTÕES 21 A 25

21- O valor de x que torna verdadeira a igualdade $x + \frac{x-7}{2} = \frac{x}{3}$ é um número:

- a) inteiro e negativo
- b) inteiro e positivo
- c) par e múltiplo de 5
- d) primo e divisor de 16
- e) natural e divisor de 20

22- Quantos números pares de 3 algarismos distintos podemos formar com os algarismos 1, 3, 4, 5, 6, 7?

- a) 5
- b) 10
- c) 20
- d) 30
- e) 40

23- O quinto e o sétimo termos de uma PG (progressão geométrica) de razão positiva valem, respectivamente, 4 e 16. O sexto termo dessa PG é:

- a) 12
- b) 10
- c) 8
- d) 6
- e) 5

24- André pode contar na planificação de um prisma reto de base hexagonal:

- a) 2 hexágonos e 6 retângulos
- b) 6 hexágonos e 2 retângulos
- c) 1 hexágono e 4 retângulos
- d) 2 hexágonos e 4 retângulos
- e) 1 hexágono e 5 retângulos

25- A probabilidade de sair soma 7 no lançamento de dois dados é:

- a) $\frac{1}{2}$
- b) $\frac{7}{6}$
- c) $\frac{7}{36}$
- d) $\frac{1}{6}$
- e) $\frac{2}{3}$

INFORMÁTICA - QUESTÕES 26 A 30

26- CGA, EGA, VGA e SVGA são siglas que identificam adaptadores gráficos para :

- a) Vídeos

- b) Impressoras
- c) Modens
- d) Teclados
- e) Mensagem

27- Considere um computador com as Opções da Internet mostradas a seguir e assinale a opção correta.



- a) Ao se abrir o Internet Explorer nesse computador, a página inicial estará em branco.
- b) O número 10 ao lado do botão Limpar histórico corresponde ao número máximo de páginas no histórico.
- c) Para controlar o tipo de conteúdo da Internet que pode ser exibido no computador, deve-se clicar na guia Privacidade.
- d) Ao clicar no botão Limpar histórico, todos os arquivos de Internet temporários armazenados no computador são excluídos.
- e) O relógio mostrado no quadro "Histórico" indicará a hora local.

28- Considerando que você está editando um texto no MS Word, versão português, assinale a opção que indica o resultado correto para o comando mencionado:

- a) Ctrl+T faz a transferência do texto para um arquivo a ser especificado
- b) Alt+A exibe o menu de Ajuda
- c) Alt+E abre o menu de Exibir
- d) Ctrl+Z desfaz a última digitação

e) Ctrl+ Alt Del copia e cola

29 – A tecla Num Lock serve para:

- a) Excluir um item
- b) Inserir um item
- c) Alterar dados de um gráfico
- d) Abrir o teclado auxiliar para números
- e) Dar pausa no trabalho

30- Atualmente é possível o acesso de um computador a outro de forma remota. Para tanto se faz necessário:

- a) Linha telefônica e Rádio
- b) Conexão de Internet ou de rede
- c) Apenas conexão de internet
- d) Apenas rede
- e) Programas específicos e técnica

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - QUESTÕES 31 A 60

31- COMPLETE: A Lei Federal nº 12.527/2011, que trata do Acesso a Informação dispõe em seu artigo 8º, parágrafo 2º, que os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet), as ações da administração, para que o cidadão tenha acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão. Entretanto, o parágrafo 4º afirma que os Municípios com população de até _____ habitantes ficam dispensados da divulgação obrigatória na internet a que se refere o § 2º, mantida a obrigatoriedade de divulgação, em tempo real, de informações relativas à execução orçamentária e financeira, nos critérios e prazos previstos no art. 73-B da Lei de Responsabilidade Fiscal.

- a) 3.000 (três mil)
- b) 5.000 (cinco mil)
- c) 10.000 (dez mil)
- d) 15.000 (quinze mil)
- e) 20.000 (vinte mil)

32- De acordo com a Lei de Acesso a Informação, conforme disposto no artigo 24, a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada. Os prazos máximos de restrição de acesso à informação, vigoram a partir da data de sua produção. No casos das informações ultrassecretas o prazo máximo é de:

- a) 15 (quinze) anos;
- b) 20 (vinte) anos;
- c) 25 (vinte e cinco) anos;
- d) 30 (trinta) anos;
- e) 35 (trinta e cinco) anos;

33- Conforme disposto no artigo 27 da Lei de Acesso a Informação, a classificação do sigilo de informações no âmbito da administração pública federal, no grau de ultrassecreto, é de competênciadadas seguintes autoridades, EXCETO:

- a) Presidente da República e Vice-Presidente da República;
- b) Ministros de Estado e autoridades com as mesmas prerrogativas;
- c) Presidentes da Câmara, do Senado e do Supremo Tribunal Federal;
- d) Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;
- e) Chefes de Missões Diplomáticas e Consulares permanentes no exterior.

34- As afirmativas verdadeiras desta questão foram extraídas da Lei Orgânica do Município de Feraz de Vasconcelos. Identifique a alternativa FALSA:

- a) A convocação extraordinária da Câmara Municipal, far-se-á a qualquer tempo pelo Prefeito, em caso de urgência ou interesse público relevante ou por maioria simples da Câmara Municipal.
- b) Independentemente de convocação, a sessão legislativa anual desenvolve-se de 02 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 21 de dezembro.
- c) Durante a sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará exclusivamente sobre a matéria para a qual foi convocada.
- d) A sessão legislativa não será interrompida sem aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias e do projeto de lei do orçamento.
- e) Recaindo a data da sessão ordinária em feriado ou ponto facultativo, a critério da Mesa da Câmara, sua realização poderá ser adiada ou antecipada, caso as circunstâncias assim o exigir.

35- O inciso III do artigo 13 da Lei Orgânica do Município de Ferraz de Vasconcelos afirmar que perderá o mandato o vereador que, sem que esteja licenciado ou autorizado pela Câmara em missão fora do Município ou ainda, por motivo de doença devidamente comprovada, deixar de comparecer a:

- a) 1/3 (um terço) ou mais das sessões da Câmara, exceto as solenes, realizadas dentro do ano legislativo;
- b) 2/3 (dois terços) ou mais das sessões da Câmara, exceto as solenes, realizadas dentro do ano legislativo;
- c) 1/4 (um quarto) ou mais das sessões da Câmara, exceto as solenes, realizadas dentro do ano legislativo;
- d) 1/5 (um quinto) ou mais das sessões da Câmara, exceto as solenes, realizadas dentro do ano legislativo;

e) 2/5 (dois quintos) ou mais das sessões da Câmara, exceto as solenes, realizadas dentro do ano legislativo;

36- De acordo com o artigo 10 da Lei Orgânica do Município de Ferraz de Vasconcelos o Vereador poderá licenciar-se e receber seus subsídios integrais, observadas as seguintes condições, EXCETO:

- a) para desempenhar missão de caráter transitório;
- b) por moléstia devidamente comprovada ou no período de gestante;
- c) para tratar de assuntos de interesse particular, por prazo determinado, podendo reassumir o exercício de seu mandato antes do término previsto, mediante comunicação dirigida ao Presidente da Câmara;
- d) para assumir cargo ou função de confiança na administração municipal;
- e) por sete dias consecutivos em caso de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados menores sob a guarda e irmãos.

37- Os vereadores eleitos deverão ser empossados, conforme estabelece o artigo 8º da Lei Orgânica do Município de Ferraz de Vasconcelos. Quanto ao ato solene, assinale a alternativa verdadeira:

- a) No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, em horário previamente definido pelo Diretor da Câmara Municipal, em sessão solene de instalação, independentemente de número, os Vereadores, sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, prestarão compromisso e tomarão posse.
- b) No primeiro ano de cada legislatura, no primeiro dia útil, às dez horas, em sessão solene de instalação, independentemente de número, os Vereadores, sob a Presidência do mais antigo dentre os presentes, prestarão compromisso e tomarão posse.
- c) No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às dez horas, em sessão solene de instalação, independentemente de número, os Vereadores, sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, prestarão compromisso e tomarão posse;
- d) No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às dez horas, em sessão solene de instalação, com a presença da maioria, os Vereadores, sob a Presidência do mais votado dentre os presentes, prestarão compromisso e tomarão posse;
- e) No primeiro ano de cada legislatura, no dia 1º de janeiro, às dez horas, em sessão solene de instalação, independentemente de número, os Vereadores, sob a Presidência do mais velho, prestarão compromisso e tomarão posse.

38- O Artigo 7º da Lei Orgânica do Município de Ferraz de Vasconcelos estabelece que "Compete a Câmara Municipal, privativamente, as seguintes atribuições entre outras, eleger sua Mesa Diretora; elaborar o Regimento Interno; organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos, transformá-los ou extinguí-los, bem como fixar as respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes

orçamentárias. Nos termos da L.O.M., assinale a alternativa **FALSA**, sobre outras competências da Câmara Municipal:

- a) criar legislação intermunicipal com outros municípios, mediante convênio, sobre assunto de interesse comum de uma mesma região relacionado a mobilidade interurbana.
- b) solicitar ao Prefeito, na forma do Regimento Interno, informações sobre atos de sua competência privativa, que serão prestadas no prazo máximo de quinze dias, importando sua recusa, retardamento sem motivo justificado ou informações falsas em crime de responsabilidade;
- c) julgar, em escrutínio secreto, os Vereadores, o Prefeito e o Vice-Prefeito;
- d) conceder título de cidadão honorário a pessoas que reconhecidamente tenham prestado serviços ao Município, desde que o Decreto Legislativo, aprovado pelo voto de no mínimo, dois terços de seus membros;
- e) dar denominação ou alterar a denominação de próprios, vias e logradouros públicos, sendo vedado emprego de nome de pessoas vivas.

39- De acordo com o § 1º do artigo 3º da Lei Orgânica do Município de Ferraz de Vasconcelos , as normas de loteamento e arruamento na cidade deverão exigir reserva de áreas destinadas a, EXCETO:

- a) áreas verdes;
- b) logradouros públicos;
- c) vias de tráfego e de passagem de canalizações públicas, de esgoto e de águas pluviais nos fundos de vales;
- d) servidão de passagem para outras áreas.
- e) passagem de canalizações públicas de esgoto e de águas pluviais;

40- De acordo com o artigo 10 da Lei Complementar nº 167/2005, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Ferraz de Vasconcelos, a investidura em cargo público ocorrerá com:

- a) a posse.
- b) a nomeação.
- c) a convocação.
- d) a chamada.
- e) o registro.

41- Conforme previsto no artigo 28 do Estatuto dos Servidores Públicos de Ferraz de Vasconcelos, o servidor público municipal, para adquirir estabilidade no serviço público, submeter-se-á à avaliação anual de desempenho durante o período de:

- a) 2 anos.
- b) 3 anos.
- c) 4 anos.
- d) 5 anos.
- e) 6 anos.

42- Conforme disposto no Regime Jurídico dos Servidores Públicos, o concurso público:

- a) terá validade de até 2 (dois) anos, não podendo ser prorrogado
- b) terá validade de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado por mais um.
- c) terá validade de até 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.
- d) terá validade de até 3 (três) anos, não podendo ser prorrogado.
- e) terá validade de até 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por mais 2 (dois).

43- As determinações da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), para a dívida e o endividamento públicos, são aplicadas isoladamente a cada ente da Federação, isto é, à União, a cada Estado, ao Distrito Federal e a cada Município, considerados, em cada um deles o conceito de ente, isto é, os órgãos de todos os Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive Ministério Público e Tribunais de Contas - e as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. Essa abrangência deve ser respeitada também na determinação de limites e regras para a dívida e o endividamento. De maneira geral, no setor público, operação de crédito se caracteriza pelo levantamento de empréstimo pelas entidades da administração pública, com o objetivo de financiar suas ações, podendo ser interna ou externa. Ao realizar uma operação de crédito, ou seja, ao pedir emprestado, a entidade aumenta o seu endividamento. Ao amortizar uma dívida a entidade diminui o seu estoque de dívida. Normalmente existem cobranças de juros incidentes sobre o principal da dívida, que, por sua vez, se incorpora ao estoque da dívida aumentando seu montante. O fato do juro se incorporar ao montante da dívida não o caracteriza como operação de crédito. Portanto, dívida, amortização, operações de crédito e juros são conceitos que não se confundem. Importante então enfatizar que operação de crédito é um conceito de fluxo e dívida é um conceito de estoque, portanto, o fluxo de operações de crédito alimenta o estoque de dívida.

Para avançar no entendimento do texto é importante conhecer algumas definições trazidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à dívida e endividamento, bem como outras que se relacionam com os controles de dívida. Nesse sentido assinale a alternativa **FALSA**:

- a) A Constituição Federal de 1988 adota uma visão realista diante do déficit orçamentário. Nas classificações orçamentárias brasileiras, é possível verificar que o déficit pode aparecer embutido nas contas públicas por meio das contas denominadas Operações de Crédito. Essas operações acabam se transformando em operações de longo prazo com a colocação de títulos e obrigações emitidos pelos tesouros das três esferas de governo.
- b) Operações de crédito correspondem a compromissos assumidos com credores situados no País ou no exterior, em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento

antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.

c) Para entender a chamada Regra de Ouro constitucional (sistema de controle para não gastar mais do que arrecada) é importante conhecer o conceito de Despesas de Capital que são aquelas despesas orçamentárias efetuadas pela Administração Pública com a intenção de adquirir ou constituir bens de capital (máquinas, veículos, equipamentos, imóveis, entre outros) que enriquecerão o patrimônio público ou serão capazes de gerar novos bens e serviços.

d) As despesas referentes a amortizações de dívidas não se classificam como Despesas de Capital.

e) De acordo com o classificador orçamentário as despesas de capital, Investimentos são despesas relativas ao planejamento e à execução de obras públicas, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e a constituição ou aumento do capital social de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

44- A respeito da execução orçamentária, de acordo com o artigo 167 da Constituição Federal, assinale a alternativa **FALSA**:

(CF 88) Art. 167 - São vedados:

- a) o início de programas ou projetos incluídos na lei orçamentária anual;
- b) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
- c) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
- d) a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
- e) a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

45- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

- a) se houver autorização prévia do Poder Legislativo, mediante lei específica que autorize, caso não constar dotações orçamentárias no PPA.
- b) se houver autorização prévia do Poder Legislativo, mediante lei específica que autorize, caso não constar dotações orçamentárias na LDO.

c) se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes; e se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

d) quando o gestor demonstrar a necessidade, independente de dotação orçamentária, desde que demonstre margens para as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

e) quando o gestor demonstrar a necessidade, desde que tenha recursos financeiros.

46- A LRF (L.C 101/2000) estabelece a frequência para a aferição e acompanhamento do cumprimento dos limites máximos globais para as despesas de pessoal ativo e inativo de todos os Poderes e entes federativos, tal como previsto nos seus artigos 19 e 20. Assim, a referida verificação, a cargo dos Tribunais de Contas, juntamente com o sistema de controle interno de cada Poder (art. 59, inciso III; § 1º, inciso II e § 2º, LRF), se realizará, levando em consideração o disposto no artigo 18, § 2º, o qual estabelece que a despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Conforme previsto no artigo 22, a verificação do cumprimento dos limites estabelecidos será realizada:

a) ao final de cada mês.

b) ao final de cada bimestre.

c) ao final de cada trimestre.

d) ao final de cada quadrimestre.

e) ao final de cada semestre.

47- A crise financeira que vem assolando inúmeros entes da federação brasileira – desde a União, até inúmeros Estados e diversos Municípios – tem trazido ao debate uma antiga e importante questão: a desmedida elevação dos gastos públicos com despesas de pessoal. Dados recentes publicados pelo Tesouro Nacional apontam, em relação aos 26 estados e DF, para um crescimento médio destas despesas da ordem de quase 40% no último ano. Tal preocupação não é nenhuma novidade e foi um dos principais focos de atenção da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) desde a sua edição, ao regulamentar a previsão constante no artigo 169 da Constituição Federal, que dispõe: “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”. A propósito do que a LRF impõe de limite para os gastos com pessoal, na esfera municipal, assinale a alterna **VERDADEIRA:**

a) 8% (seis por cento) para o Legislativo.

b) 10% (dez por cento) para o Legislativo.

c) 50% (cinquenta) para Legislativo e Executivo.

- d) 50% (cinquenta por cento) para o Executivo.
- e) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

48- COMPLETE

Como se pode perceber, as despesas de pessoal são consideradas pela LRF como um dos aspectos mais relevantes dos gastos estatais, disciplinando o tema com detalhamento e rigor, definindo e impondo limites para esses gastos às três esferas federativas, de forma a evitar o comprometimento de grande parte, ou mesmo toda a receita de órgão ou ente público, em sacrifício dos recursos destinados a direitos fundamentais ou sociais, investimentos ou a implantação de políticas públicas. Avançado e salutar mecanismo fiscal, o limite prudencial para os gastos com pessoal não pode ser olvidado pela Administração Pública e nem pelos respectivos órgãos de controle. Assim a lei é salutar para as finanças públicas, inclusive veda práticas que outrora era comum, quando afirma que é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos _____ anteriores ao final do mandato do titular do respectivo poder ou órgão.

- a) 90 dias
- b) 120 dias
- c) 160 dias
- d) 180 dias
- e) 210 dias

49- Faça uma análise nas afirmativas para responder essa questão:

I - O ato da liquidação da despesa tem a finalidade de “identificar a origem da obrigação, o objeto da despesa que se vai pagar, o valor total líquido e certo a ser pago e a pessoa a quem se deve pagar para que a obrigação se extinga regularmente.

II- O empenho da despesa, conforme o artigo 58 da Lei nº 4.320/64, “é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

III- A propósito do que estabelece o artigo 64 da Lei nº 4.320/64, a ordem de pagamento “é o despacho exarado pelo Tesoureiro competente, determinando que a despesa seja paga” sendo que ela só poderá ser consignada em documentos processados pelos serviços de tesouraria.

- a) Somente I é verdadeira.
- b) Somente I é falsa
- c) Todas são verdadeiras
- d) Todas são falsas
- e) Somente III é falsa

50- A Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964, em seu artigo 101 assegura que os resultados do exercício serão apresentados nos seguintes demonstrativos, EXCETO:

- a) Balanço Orçamentário;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Patrimonial;
- d) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

51- A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Sobre o Balanço Patrimonial, assinale a primeira coluna de acordo com a segunda para responder essa questão:

I- Ativo Financeiro	() compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
II- Ativo Permanente	() compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.
III- Passivo Financeiro	() compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários
IV- Passivo Permanente	() compreenderá as dívidas fundadas e outras pagamento independa de autorização orçamentária.

Em qual ordem ficou a segunda coluna, de cima para baixo?

- a) II - IV - I - III
- b) II - I - VI - III
- c) III - IV - I - II
- d) IV - III - I - II
- e) III - I - IV - II

52- COMPLETE: O _____ é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

- a) empenho prévio
- b) valor de baixa monta
- c) regime de adiantamento
- d) sistema de custeio
- e) subsídio para manutenção

53- A Lei Federal nº 4.320/1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, prescreve no artigo 59 que o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos

concedidos. Como norma de controle o parágrafo 1º, afirma que é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito:

- a) mais do que despendeu no mês de dezembro do exercício anterior.
- b) mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- c) mais do que a média no mês anterior.
- d) mais do que um décimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- e) mais do que 15% da despesa prevista no orçamento vigente.

54- Na Constituição Federal de 1988, o controle da Administração Pública foi bem delineado, fazendo referência ao sistema de controle interno, que deve ser institucionalizado, mediante lei, em cada esfera de governo. Nos três níveis, envolve um conjunto de atividades de controle exercidas internamente em toda a estrutura organizacional, sob a coordenação de um órgão central (ou cargo devidamente formalizado), delineando a abrangência da estrutura do Sistema de Controle Interno. O artigo 74 da Carta Magna, afirma que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, **EXCETO**:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) exercer a defesa do patrimônio público, zelar pela exata aplicação dos recursos, denunciar exageros e fazer representação no Ministério Público das Contas.

55- Sobre a auditoria, analise as afirmativas.

I- A atitude do auditor deve ser caracterizada pelo ceticismo profissional e pelo julgamento profissional, que devem ser aplicados quando tomam decisões sobre o curso de ação apropriada.

II- Os auditores devem exercer devido zelo para assegurar que seu comportamento profissional é apropriado. Ceticismo profissional significa manter distanciamento profissional e uma atitude alerta e questionadora quando avalia a suficiência e adequação da evidência obtida ao longo da auditoria. Também significa manter a mente aberta e receptiva a todos os pontos de vista e argumentos.

III- O julgamento profissional significa a aplicação coletiva de conhecimentos, habilidades e a experiência dos membros da equipe ao processo de auditoria. Devido zelo significa que o auditor deve planejar e executar auditorias de uma maneira diligente.

IV- Os auditores devem evitar qualquer conduta que possa desacreditar seu trabalho; entretanto devem estabelecer uma comunicação eficaz durante todo o processo de auditoria.

V- Não é essencial que a entidade auditada seja mantida informada de todas as questões relacionadas com a auditoria. Esta é a chave para o desenvolvimento de uma relação de trabalho que tem como objetivo apurar fatos e encontrar irregularidades. Assim, devem ser restritas as informações ao auditado durante a realização do trabalho.

- a) todas afirmativas são verdadeiras.
- b) todas afirmativas são falsas.
- c) somente a V é falsa.
- d) a III e a V são falsas.
- e) somente a I é falsa.

56- De acordo com o artigo 9º da Lei nº 8.429/1992, receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, constitui:

- a) corrupção ativa
- b) corrupção passiva
- c) crime contra fazenda pública
- d) ato de improbidade administrativa
- e) desvio de conduta tipificado como crime de responsabilidade

57- O artigo 13 da Lei nº 8.429/1992, prescreve "A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente". Essa norma é:

- a) de imposição
- b) de orientação social
- c) classificatória
- d) eliminatória
- e) de cunho político

58- A legislação pertinente afirma que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, conterá a qualificação do representante, as informações sobre o fato e sua autoria e a indicação das provas de que tenha conhecimento. A autoridade administrativa rejeitará a representação, em despacho fundamentado, se esta não contiver as formalidades estabelecidas na lei. A rejeição não impede a representação ao

Ministério Público. A comissão processante dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal ou Conselho de Contas da existência de procedimento administrativo para apurar a prática de ato de improbidade. O Ministério Público ou Tribunal ou Conselho de Contas poderá, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do seqüestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

O texto acima fala do Procedimento Administrativo e do Processo Judicial de que trata a Lei nº 8.29/1992, para fins de apuração de Improbidade. Continuando neste assunto, identifique a alternativa FALSA:

- a) Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.
- b) Poderá haver transação, acordo ou conciliação na ação civil pública proposta para apurar atos de improbidade, se na fase instrução o requerido reconhecer a culpa e restituir eventuais prejuízos aos cofres públicos.
- c) A Fazenda Pública, quando for o caso, promoverá as ações necessárias à complementação do ressarcimento do patrimônio público.
- d) O Ministério Público, se não intervir no processo como parte, atuará obrigatoriamente, como fiscal da lei, sob pena de nulidade.
- e) A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto.

59- O Balanço Orçamentário, definido na Lei nº 4.320, de 31 de março de 1964, demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas . Esse balanço também está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Segundo a LRF, o Balanço Orçamentário apresentará as receitas, detalhadas por categoria econômica, subcategoria econômica e fonte (destacando as receitas intra-orçamentárias), especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no período atual e o saldo a realizar, bem como as despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa (destacando as despesas intra-orçamentárias), discriminando a dotação inicial, os créditos adicionais, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas no período atual e até o momento, e o saldo a liquidar. Assim sendo, por meio do RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária, será demonstrada a execução ao longo do exercício financeiro. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. A União já o divulga, há vários anos, mensalmente. O objetivo dessa periodicidade é permitir que, cada vez mais, a sociedade, por meio dos diversos órgãos de controle, conheça, acompanhe e

analisar o desempenho da execução orçamentária do Governo Federal. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que se refere às normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, estabelece as normas para elaboração e publicação do RREO. O RREO e seus demonstrativos abrangerão os órgãos da Administração Direta e entidades da Administração Indireta, de todos os Poderes, constituídos pelas autarquias, fundações, fundos especiais, empresas públicas e sociedades de economia mista que recebem recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, inclusive sob a forma de subvenções para pagamento de pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária. O RREO será elaborado e publicado pelo Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O RREO deverá ser assinado pelo Chefe do Poder Executivo que estiver no exercício do mandato na data da publicação do relatório, ou por pessoa a quem ele tenha legalmente delegado essa competência, qualquer dos dois deve fazê-lo em conjunto com o profissional de contabilidade responsável pela elaboração do relatório.

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará o RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária:

- a) mensalmente, até o último dia do mês subsequente.
- b) até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.
- c) no final de cada trimestre.
- d) a cada quadrimestre.
- e) até trinta dias após o encerramento de cada semestre.

60- A função controle patrimonial engloba as atividades de recepção, registro, controle, utilização, guarda, conservação, e desfazimento dos bens permanentes da Instituição, no que diz respeito aos bens móveis. Assim, é de suma importância o controle patrimonial nas instituições, tanto públicas quanto privadas, para uma boa gestão. A Lei n.º 4.320, artigo 15, § 2º, de 17 de março de 1964, define como material permanente aquele com duração:

- a) superior a um ano
- b) superior a dois anos
- c) superior a três anos
- d) superior a quatro anos
- e) superior a cinco anos